

Área: Sustentabilidade | **Tema:** Educação e Sustentabilidade

ANÁLISE DA EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

ANALYSIS OF ENVIRONMENTAL DISCLOSURE OF BRAZILIAN FEDERAL UNIVERSITIES

Greice Eccel Pontelli, Clarissa Antonello Maffini, Jordana Marques Kneipp e André De Toledo Paines

RESUMO

A temática da sustentabilidade está ganhando ênfase nas organizações e tem sido amplamente debatida em nível mundial, por ocasião dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável propostos na Agenda 2030. Este artigo tem como objetivo analisar as práticas sustentáveis das Universidades Federais Brasileiras com base na evidenciação do Relatório de Gestão de 2018. Por meio da categorização de itens que englobam práticas sustentáveis realizou-se a análise do Relatório de Gestão de 47 Universidades Federais Brasileiras. Os resultados apontam a adoção de critérios ambientais nos processos licitatórios (91%); práticas de eficiência energética (81%); existência de Conselhos, Coordenações, parcerias e/ou Comissões ambientais (83%); apresentação de metas e objetivos ambientais (83%) e ações para educação ambiental interna e/ou na comunidade (87%). No entanto, apenas 19% da amostra fez referência à Agenda 2030 e não foram encontradas evidências relacionadas às alterações climáticas globais.

Palavras-Chave: Sustentabilidade. Universidades Federais Brasileiras. Disclosure.

ABSTRACT

The sustainability issue is gaining emphasis on organizations and has been widely debated globally at the time of the sustainable development goals proposed in Agenda 2030. This article aims to analyze the sustainable practices of Brazilian Federal universities based on the disclosure of the 2018 management report. Through the categorization of items that encompass sustainable practices, the analysis of the management report of 47 Brazilian federal universities was carried out. The results indicate the adoption of environmental criteria in bidding processes (91%); Energy efficiency practices (81%); Existence of councils, coordinators, partnerships and/or environmental commissions (83%); environmental goals and objectives (83%) and actions for internal environmental education and/or in the community (87%). However, only 19% of the sample referred to Agenda 2030 and no evidence was found regarding on global climate change.

Keywords: Sustainability. Brazilian Federal Universities. Disclosure.

ANÁLISE DA EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre a sustentabilidade vem ganhando cada vez mais espaço nas organizações e diversos atores sociais têm se engajado para melhorar as condições sociais e ambientais da comunidade nas quais estão inseridos. As ações de sustentabilidade devem englobar uma visão holística e considerar a educação como ponto chave para mudança de cultura da população, a fim de proporcionar a conscientização sobre o tema.

Em atendimento as normativas legais e com intuito de garantir sua credibilidade, as instituições estão inserindo práticas sustentáveis em seus processos. As organizações podem divulgar informações ambientais como forma de melhorar a sua imagem e demonstrar sua postura responsável perante a sociedade, respondendo às expectativas de seus stakeholders (DEEGAN; SAMKIN, 2000). A divulgação ambiental inclui informações qualitativas e quantitativas que medem, calculam ou estimam o impacto ambiental das atividades de uma empresa (BURRIT, 2002).

As regulamentações ambientais surgiram como um dos principais impulsionadores de práticas sustentáveis em muitos contextos, orientando, políticas e processos de sustentabilidade nas organizações e oferecendo diretrizes que moldam comportamentos e ações sustentáveis (ABOELMAGED, 2018).

Além de atender às regulamentações ambientais, as organizações públicas apresentam o Relatório de Gestão, que, apesar de não se tratar de um relatório de sustentabilidade, é um instrumento de transparência, que permite a evidenciação de práticas sustentáveis. Os relatórios de gestão possuem periodicidade anual e são uma exigência normativa a todos os entes governamentais, sendo primordiais no processo de prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (BAIRRAL; SILVA, 2013). A legislação incentiva a divulgação de informações voluntárias (adicionais), no entanto, os RG apresentam baixa evidenciação voluntária, mesmo que voltada para aspectos positivos (ZORZAL, 2015).

A fim de construir um compromisso com o desenvolvimento centrado nas pessoas, nos direitos humanos e na sustentabilidade, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram formulados por meio de um processo participativo de extensão, jornada coletiva de painéis de alto nível para grupos de trabalho abertos com muitas consultas (JAYASOORIA, 2016). Pautada em agendas nacionais e internacionais, a temática da Agenda 2030 vem sendo amplamente discutida. Pesquisadores propõem práticas e ferramentas que podem ser utilizadas para enfrentar os desafios globais, bem como o gerenciamento do Desenvolvimento Sustentável.

Nesse sentido, as Universidades Federais devem praticar a boa responsabilidade social para serem vistas como modelos que identificam práticas inovadoras de sustentabilidade (CORTESE, 2005). Considerando a importância da Universidade como propulsora de conhecimento, a qual deve servir de modelo para outras organizações, buscou-se analisar as práticas sustentáveis das Universidades Federais Brasileiras com base na evidenciação do Relatório de Gestão de 2018.

Devido ao alto impacto social, as universidades são desafiadas a assumir um papel de liderança nas questões de sustentabilidade (DISTERHEFT et al., 2012). Assim, este artigo traz contribuições para a comunidade acadêmica, tendo em vista a existência de poucos estudos relacionados às práticas sustentáveis em universidades (VELASQUES et al., 2006), além de utilizarem como modelo as organizações que adotaram esta temática.

Além da introdução, o presente estudo está organizado em cinco seções. Na seção 2 exploram-se alguns conceitos de sustentabilidade. A seção 3 traz a revisão da literatura acerca das universidades sustentáveis, bem como as práticas sustentáveis implementadas nas IES. A seção 4 apresenta a metodologia utilizada no estudo. Na seção 5 são demonstrados os resultados, em seguida a seção 6 apresenta as considerações finais e por fim as referências.

2 SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade está diretamente relacionada com o desenvolvimento sustentável e vem sendo amplamente debatida nas empresas privadas e na administração pública. A inserção de práticas sustentáveis e a mudança de rotinas e processos dentro da organização requer a integração entre gestores, funcionários, fornecedores, sociedade e governo. Conforme Aricò (2014) a sustentabilidade depende de vários campos de aplicação e tem relação com argumentos éticos sobre a responsabilidade de garantir recursos às futuras gerações.

Ao abordar o conceito de Sustentabilidade, é imprescindível a reflexão sobre o Desenvolvimento Sustentável, que segundo o Relatório de Braundtland, é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer suas próprias necessidades. Para Barter e Russell (2012), o conceito de desenvolvimento sustentável não se refere a salvar a natureza, mas à internalização de estratégias, agregando, assim, novos recursos para permitir o crescimento econômico e a prosperidade compartilhada por todos.

Feil e Schreiber (2017) mencionam que o desenvolvimento sustentável caracteriza-se por ser um processo de mudança que impacta o coletivo, uma vez que equipara a sociedade a partir do tripé da sustentabilidade formado pelos âmbitos sociais, econômicos e ambientais. Hove (2004) menciona que por meio do desenvolvimento sustentável é possível atingir a sustentabilidade, sendo esta considerada um intento final de longo prazo.

Conforme Velasquez et al. (2006), a definição de sustentabilidade é complexa e multidimensional. A sustentabilidade não pode ser vista de maneira isolada, uma vez que necessita dessa interdisciplinaridade para compreender determinada realidade (FEIL; SCHREIBER, 2017).

A sustentabilidade centra-se na preocupação com relação ao impacto das ações presentes sobre os ecossistemas, sociedades e ambientes do futuro e pode ser entendida como o princípio de garantir que as condutas atuais não interfiram nas escolhas sociais, ambientais e econômicas das gerações futuras (ÁVILA; MADRUGA; BEURON, 2016).

Para equilibrar as três dimensões do Desenvolvimento Sustentável: a econômica, a social e a ambiental, os 17 objetivos da Agenda 2030 são integrados e indivisíveis e visam estimular áreas importantes para a humanidade e para o Planeta (ZHU, 2017). O estudo desenvolvido por Caiado et al. (2018) evidencia as barreiras e desafios para implementação da Agenda 2030 e sugere um modelo de gestão para os 17 objetivos em favor de inovações para o Desenvolvimento Sustentável. Os pontos críticos para alcançar os ODS são: investimentos em educação; liderança política e governança; compromisso global integrado e parcerias; soluções inovadoras e indicadores agregados e confiáveis. Em seguida, os autores propõem diretrizes para superar essas barreiras, como a integração do conhecimento baseada na interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

Apesar dos objetivos serem ambiciosos, a Agenda 2030 trata de pontos extremamente relevantes que são imprescindíveis para uma tentativa de reverter o quadro presenciamos atualmente, tanto nas questões ambientais quanto na desigualdade social. Considerando a importância das universidades no Desenvolvimento Sustentável, a próxima seção apresenta o conceito e as ações que caracterizam uma universidade sustentável.

3 UNIVERSIDADES SUSTENTÁVEIS

No contexto das Universidades, vários atores-chave em diferentes cenários e com diferentes origens estão fomentando a sustentabilidade (VELASQUEZ et al., 2006, p. 811). Esses autores apresentam uma definição para universidade sustentável:

Uma instituição de ensino superior, como um todo ou como uma parte, que aborda, envolve e promove, em nível regional ou global, a minimização de efeitos ambientais, econômicos, sociais e de saúde negativos gerados no uso de seus recursos em a fim de cumprir suas funções de ensino, pesquisa, divulgação e parceria, e administração de maneiras para ajudar a sociedade a fazer a transição para estilos de vida sustentáveis (VELASQUEZ et al., 2006, p. 811).

As Instituições de Ensino Superior (IES) desempenham um papel importante, pois podem contribuir de forma substancial no fortalecimento do desenvolvimento sustentável, integrando questões de sustentabilidade com a pesquisa, projetos de extensão, educação e interação ciência-sociedade, incentivando o pensamento reflexivo, bem como apoiando os alunos para enfrentar problemas como os Desafios Globais (KÖRFGEN et al., 2018).

A implementação de um modelo universitário sustentável está relacionada a um processo de melhoria contínua do desempenho ambiental, social e econômico que deve ser feito por meio de etapas incrementais, ademais, exige grandes esforços dos membros da comunidade universitária (VELASQUEZ et al., 2006).

Guimarães e Bonilla (2018) destacam a necessidade da inserção de práticas sustentáveis nas universidades. Conforme Körfggen et al., 2018 as IES podem modelar práticas de sustentabilidade para a sociedade, como a implementação de medidas sustentáveis no próprio campus, tornando-se modelo para a efetivação da sustentabilidade. Para os autores, as IES podem suportar a viabilização dos ODS por meio de:

- Pesquisas do mundo real orientadas para um determinado problema;
- Reflexões críticas sobre ODS's e as medidas associadas;
- Educação dos futuros tomadores de decisão a fim de promover consciência crítica;
- Fortalecimento das relações nas interfaces política-ciência-sociedade.
- Implementação de práticas para o desenvolvimento sustentável no campus;

Clugtons e Clader (2000) sugerem alguns parâmetros que indicam se a universidade está no caminho da sustentabilidade, quais sejam: inclusão de um compromisso explícito referente à sustentabilidade na missão, visão e objetivos estratégicos da organização; incorporação do conceito de sustentabilidade no ensino (disciplinas acadêmicas e atividades de pesquisa e desenvolvimento); estímulo para que os alunos reflitam criticamente sobre problemas ambientais e sociais; inclusão de práticas e políticas sustentáveis e de parcerias em prol da sustentabilidade na IES.

Práticas sustentáveis voltadas para a maximização da eficiência energética, redução de resíduos, compras ambientalmente responsáveis, integração do conhecimento ambiental com as disciplinas e a criação de um centro ambiental de alunos são condições para uma IES ser considerada uma organização sustentável (BAKKER, 1998).

Neste contexto, o estabelecimento de um comitê de sustentabilidade, formado com representação de todos os principais atores da comunidade universitária, facilita as tarefas de criar e estabelecer políticas, objetivos e metas abrangentes para todo o campus, sendo percebido como o principal nível de decisão (VELASQUEZ et al., 2006). Os autores complementam que o comitê coordena iniciativas, evitando a sobreposição de esforços, obtendo fundos e garantindo a efetivação de políticas que sejam realmente implementadas.

Como forma de avaliar a sustentabilidade, a ferramenta GreenMetric é utilizada mundialmente no que concerne ao conceito de Universidade Sustentável para mensurar e

avaliar o grau de sustentabilidade, além de assegurar sua aplicabilidade e permanência das ações quando há uma Gestão Ambiental na Universidade (GUIMARÃES; BONILLA, 2018).

O estudo desenvolvido por Zorzal (2015) analisou os relatórios de gestão de cinco universidades, sendo que quatro atingiram o patamar médio-alto e uma classificou-se no nível médio, a UNB, que apresentou a maior pontuação na evidenciação ambiental.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo apresenta uma análise documental realizada a partir dos relatórios de gestão (RG) das Universidades Federais Brasileiras, com enfoque quantitativo e natureza descritiva. Os relatórios foram obtidos no site do Tribunal de Contas da União e tem como referência o exercício 2018.

A amostra compreende as UF com Relatório de Gestão divulgado até o dia 09/07/2019, totalizando 47 universidades (Apêndice A). Foram excluídas da análise 16 UF, quais sejam: Universidade Federal do Pampa; Universidade Federal do Vale do São Francisco; Universidade Federal da Bahia; Universidade Federal da Integração Latino-Americana; Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal de Campina Grande; Universidade Federal de Pernambuco; Universidade Federal de São Paulo; Universidade Federal de Sergipe; Universidade Federal do Maranhão; Universidade Federal do Paraná; Universidade Federal do Piauí; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade Federal Fluminense; Universidade Federal Rural da Amazônia e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2015) foram adotadas as seguintes categorias de análise:

Quadro 1 – Categorias de análise

Item	Descrição	Pontuação Máxima
1	Práticas relativas à Eficiência Energética	1
2	Práticas relativas à Eficiência da Água	1
3	Transporte e deslocamento (mobilidade urbana, controle de consumo, tipo de combustível, bicicletário)	1
4	Separação de resíduos recicláveis descartados e/ou destinação a associações e cooperativas de catadores	1
5	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	1
6	Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil	1
7	Gerenciamento de Resíduos Perigosos	1
8	Compostagem	1
9	Alterações climáticas globais	1
10	Parcerias, Conselhos, Fóruns, Núcleos, Diretorias, Coordenações, Comissões etc. ambientais	1
11	Estabelecimento de metas e objetivos ambientais	1
12	Cumprimento da legislação ambiental (<i>compliance</i>) e certificações ambientais da UF	1
13	Plano de Gestão Logística Sustentável	1
14	Informação acerca de prêmios e participações em índices ambientais (indicador de Desempenho PLS, entre outros)	1
15	Adesão a programas de gestão da sustentabilidade	1
16	Educação ambiental internamente e/ou na comunidade (treinamentos, capacitações, projetos de extensão e eventos)	1
17	Evolução histórica do consumo, em valores monetários e quantitativos, de energia elétrica e água e/ou a economia gerada com a inserção de práticas sustentáveis	1
18	Logística Reversa	1

Item	Descrição	Pontuação Máxima
19	Faz referência à AGENDA 2030	1
Total		19

Fonte: Elaborado com base em Velasquez et al. (2006) e Zorzal (2015).

Os quesitos expostos no Quadro 1 foram analisados para cada UF no relatório 2018, sendo atribuída a pontuação 0=não atendido e 1=atendido. A nota máxima para UF será de 19 pontos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A evidenciação de informações ambientais é uma forma de expor as práticas da organização ou apenas tornar público informações que melhoraram a imagem e a credibilidade da organização (DEEGAN; SAMKIN, 2000). Conforme a evidenciação de informações no relatório de gestão foi possível verificar o percentual de atendimento de cada quesito analisado conforme demonstra o Quadro 2.

Quadro 2 - Percentual das Universidades Federais que atenderam aos quesitos

Item	Descrição	% UFs que evidenciaram o item no RG
1	Práticas relativas à Eficiência Energética	81%
2	Práticas relativas à Eficiência da Água	74%
3	Transporte e deslocamento (mobilidade urbana, controle de consumo, tipo de combustível, bicicletário)	15%
4	Separação de resíduos recicláveis descartados e/ou destinação a associações e cooperativas de catadores	79%
5	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	91%
6	Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil	21%
7	Gerenciamento de Resíduos Perigosos	57%
8	Compostagem	17%
9	Alterações climáticas Globais	0%
10	Parcerias, Conselhos, Fóruns, Núcleos, Diretorias, Coordenações, Comissões etc. ambientais	83%
11	Estabelecimento de metas e objetivos ambientais	83%
12	Cumprimento da legislação ambiental (<i>compliance</i>) e certificações ambientais da UF	72%
13	Plano de Gestão Logística Sustentável	64%
14	Informação acerca de prêmios e participações em índices ambientais (indicador de Desempenho PLS, entre outros)	32%
15	Adesão a programas de gestão da sustentabilidade	53%
16	Educação ambiental internamente e/ou na comunidade (treinamentos, capacitações, projetos de extensão e eventos)	87%
17	Evolução histórica do consumo, em valores monetários e quantitativos, de energia elétrica e água e/ou a economia gerada com a inserção de práticas sustentáveis	32%
18	Logística Reversa	30%
19	Faz referência à AGENDA 2030	19%

Fonte: Resultados da pesquisa (2019).

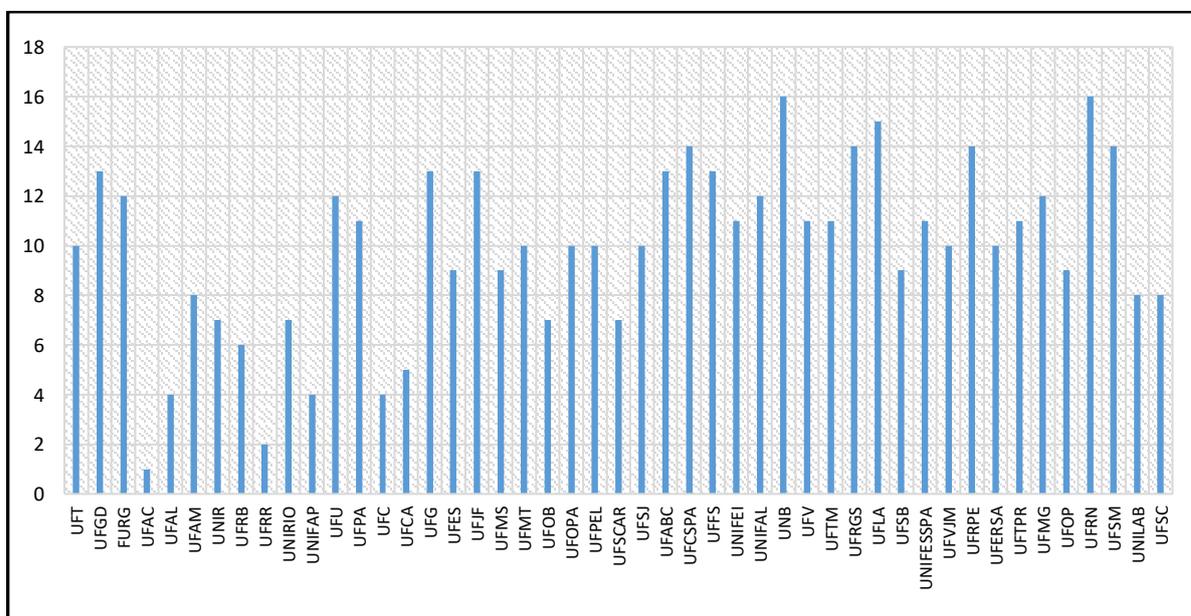
Observa-se que 81% das universidades possuem práticas de eficiência energética e 91% adotam critérios ambientais nos processos licitatórios caracterizando uma IES sustentável, conforme Bakker (1998). Em complemento, Clugtons e Clader (2000) e Caiado et al. (2018) sugerem a inclusão de políticas e parcerias em prol da sustentabilidade evidenciando a importância das parcerias, conselhos, fóruns, núcleos, diretorias, coordenações e comissões ambientais, quesito apresentado por 63% das UF analisadas. Ademais, destaca-se o exposto por Velasquez et al. (2006) acerca da formação de um comitê para coordenação das iniciativas sustentáveis.

Os investimentos em educação ambiental (87%), projetos de extensão, pesquisa, capacitações e eventos, evidenciados no tópico 16 são uma forma de incentivo para adoção de práticas sustentáveis tanto no ambiente interno quanto no externo (por exemplo, sociedade, empresas e outras organizações públicas), contribuindo de forma substancial para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável, conforme destaca Körfgen et al., 2018.

Debatida mundialmente, a Agenda 2030 foi referenciada por apenas 19% das universidades analisadas. Sua implementação requer engajamento, parcerias e investimentos, conforme Caiado et al., 2018. Para isso, as universidades precisam evidenciar mais suas ações e propor um alinhamento de objetivos e metas com os principais atores desse processo. Cabe destacar que todos os itens analisados nesta pesquisa desempenham um papel importante para atingir um patamar de universidade sustentável, no entanto o pouco engajamento poderá comprometer os resultados de toda nação.

Considerando a pontuação obtida nas categorias, UNB e UFRN, ambas com 16 pontos, foram as universidades que mais evidenciaram informações ambientais. A Figura 1 apresenta a pontuação das Universidades Federais com base nos itens analisados.

Figura 1 – Pontuação das Universidades Federais quanto aos quesitos analisados



Fonte: Resultados da pesquisa.

Cabe destacar que doze UF foram referenciadas no *Ranking GreenMetric* (2018), evidenciando o reflexo positivo da inserção de práticas sustentáveis dentro da instituição, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 3 – Universidades Federais Brasileiras *ranking GreenMetric*

Posição Ranking	UF
38 ^a	Universidade Federal de Lavras – UFLA
220 ^a	Universidade Federal de Viçosa – UFV
311 ^a	Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM
350 ^a	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
352 ^a	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
378 ^a	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
411 ^a	Universidade Federal de Itajubá –UNIFEI
458 ^a	Universidade Federal de Alfenas –UNIFAL
497 ^a	Universidade Federal Fluminense – UFF
591 ^a	Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP
600 ^a	Universidade Federal do ABC – UFABC
684 ^a	Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Fonte: Ranking *GreenMetric*, 2018.

Cabe destacar que as universidades que apresentaram maior pontuação, UNB e UFRN, não constam no *ranking GreenMetric*. Por outro lado, UFSC, UFTM, UFV, UNIFEI e UNIFAL foram relacionadas pelo *GreenMetric*, mas apresentaram baixa pontuação (em relação às demais UF) na avaliação das práticas ambientais, conforme demonstrado na Figura 1. Dessa forma, pode-se inferir que muitas práticas ambientais não são evidenciadas pelos gestores, comprometendo a transparência da organização e inviabilizando a disseminação das boas práticas para outras universidades que desejam utilizar modelos já existentes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstrou o comportamento das evidenciações ambientais das Universidades Federais Brasileiras. Além de uma gestão transparente, as organizações podem apresentar mais ou menos informações como forma de legitimação. Desse modo, as universidades analisadas podem apresentar práticas sustentáveis e não evidenciá-las no RG.

Os resultados apontam que as UF analisadas adotam critérios ambientais nos processos licitatórios (91%); apresentam práticas de eficiência energética (81%); possuem parcerias, Conselhos, Fóruns, Núcleos, Diretorias, Coordenações e/ou Comissões ambientais (83%); apresentam metas e objetivos ambientais (83%) e possuem ações para educação ambiental interna e/ou na comunidade (87%).

Por outro lado, nenhuma universidade apresentou evidências sobre as alterações climáticas globais e apenas 19% (9 UF) fez referência à Agenda 2030, sendo que a Universidade Federal da Grande Dourados indicou ações de extensão executadas de acordo com os ODS, e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte foi classificada entre as dez finalistas do 1º Prêmio ODS BRASIL 2018.

Cabe destacar que o RG é um documento complexo, sendo que a evidenciação ambiental constitui apenas uma parte do documento, por isso algumas Universidades podem apresentar outras práticas ambientais e não estar evidenciando. Portanto, quanto às limitações do estudo, pode-se destacar a utilização de apenas uma fonte de evidências (relatório de gestão) e análise dos pesquisadores na coleta dos dados.

Sugere-se que estudos futuros avaliem qualitativamente a efetividade das práticas ambientais informadas pelas UF nos relatórios de gestão e seu impacto financeiro, visto que as universidades dependem de recursos públicos para a manutenção de suas atividades.

Esta pesquisa buscou contribuir com a literatura, bem como com os gestores das universidades federais, visto que as ações evidenciadas poderão servir de modelo para organizações que desejam inserir práticas ambientais futuramente.

REFERÊNCIAS

ABOELMAGED, M. The drivers of sustainable manufacturing practices in Egyptian SMEs and their impact on competitive capabilities: A PLS-SEM model. **Journal of Cleaner Production**, v. 175, p. 207-221, 2018.

ARICÒ, S. The contribution of the sciences, technology and innovation to sustainable development: the application of sustainability science from the perspective of UNESCO's experience. **Sustainability Science**, v. 9, n. 4, p. 453-462, 2014.

ÁVILA, L. V.; MADRUGA, L. R da R. G.; BEURON, T. A. Planejamento e sustentabilidade: o caso das instituições federais de ensino superior. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 5, n. 1, p. 18-32, 2016.

BAIRRAL, M. A. da C.; SILVA, A. Transparência no setor público: uma análise do nível de transparência dos relatórios de gestão dos entes públicos federais no exercício de 2010. In: XXXVII ENCONTRO DA ANPAD, 37, 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

BAKKER, D. **In Search of Green Campuses: An Investigation of Canadian Universities' Environmental Initiatives and Implications for Dalhousie University**. Dalhousie University, Halifax (1998)

BARTER, N.; RUSSELL, S. Sustainable Development: 1987 to 2012-Don't Be Naive, it's not about the Environment. 2012.

BURRITT, R. L. Environmental reporting in Australia: current practices and issues for the future. **Business Strategy and the Environment**, v. 11, n. 6, p. 391-406, 2002.

CAIADO, R. G. G. et al. A literature-based review on potentials and constraints in the implementation of the sustainable development goals. **Journal of Cleaner Production**, 2018.

CLUGSTON, R.; CALDER, R. **Critical dimensions of sustainability in higher education**. In: WALTER LEAL Fº. Sustainability and university life. 2. ed. Peter Lang. 2000

CORTESE, A. D. Integrating sustainability in the learning community. *J. Facil. Manag.* 2005

DEEGAN, C., SAMKIN, G., 2000. **New Zealand financial Accounting**. McGraw-Hill, Manukau.

DISTERHEFT, A. et al. Environmental Management Systems (EMS) implementation processes and practices in European higher education institutions—Top-down versus participatory approaches. **Journal of Cleaner Production**, v. 31, p. 80-90, 2012.

FEIL, A. A.; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 15, n. 3, p. 667-681, 2017.

GREENMETRIC. **GreenMetric World University Ranking**. Disponível em: <<http://greenmetric.ui.ac.id/overall-ranking-2018/>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

GUIMARÃES, C. S.; BONILLA, S. H. **Gestão ambiental em universidades sustentáveis e a importância do Greenmetric**. In: IX Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental São Bernardo do Campo/SP. Nov. 2018

HOVE, H. Critiquing sustainable development: a meaningful way of mediating the development impasse. **Undercurrent**, v. 1, n. 1, 2004.

JAYASOORIA, D. Sustainable development goals and social work: opportunities and challenges for social work practice in Malaysia. **Journal of Human Rights and Social Work**, v. 1, n. 1, p. 19-29, 2016.

KÖRFGEN, A. et al. It's a Hit! Mapping Austrian Research Contributions to the Sustainable Development Goals. **Sustainability**, v. 10, n. 9, p. 3295, 2018.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010**. Estabelece normas de organização e apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas da administração pública federal, para julgamento do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei nº 8.443, de 1991, 2010. Disponível em: <www.tcu.gov.br>. Acesso em: 20 mai. 2019.

VELAZQUEZ, L. et al. Sustainable university: what can be the matter?. **Journal of Cleaner Production**, v. 14, n. 9-11, p. 810-819, 2006.

ZORZAL, L. **Transparência das informações das Universidades Federais: estudo dos relatórios de gestão à luz dos princípios de boa governança na administração pública federal**. 2015. 197 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.

ZHU, J. The 2030 Agenda for sustainable development and China's implementation. **Chinese Journal of Population Resources and Environment**, v. 15, n. 2, p. 142-146, 2017.

APÊNDICE A – Relação das Universidades Federais Brasileiras analisadas

Sigla	Universidade
UFGD	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
UFCSPA	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE
UNIR	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
UFABC	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
UFT	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
UNILAB	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
UNB	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
UFFS	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
UFAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
UNIFAL-MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
UFG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIFEI	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
UFJF	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
UFLA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
UFMT	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
UFMS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
UFMG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
UFOP	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
UFPEL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
UFRR	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
UFSC	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
UFSM	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UFSCAR	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
UFSJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI
UFU	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
UFV	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
UFAC	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
UNIFAP	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
UFAM	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
UFCA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
UFC	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
UFES	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
UNIRIO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UFOB	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA
UFOPA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
UFPA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
UFRB	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
FURG	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
UFRN	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
UFRGS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
UFSB	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
UNIFESSPA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ

Fonte: Autores.